



Domingo de manhã

MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

15 — PROCURADOR

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala e aguarde o 2º sinal sonoro para **abrir** este caderno de questões e **iniciar** a prova.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata exclusão do certame.
3. Após o 2º sinal, certifique-se de que este caderno de questões:
 - contém 40 (quarenta) questões;
 - contém 2 (duas) questões discursivas;
 - **refere-se ao número e ao cargo para o qual realizou a inscrição.**
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas e da folha definitiva de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



Eco
Friendly

A Fundatec utiliza papel
com certificação florestal
e tinta biodegradável.

Concursos
fundatec
ISO 9001

RASCUNHO
Utilize esse espaço para anotar suas respostas

*A anotação neste rascunho NÃO substitui o preenchimento da grade de respostas.

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

A pontualidade sagrada do teatro

Por Fabrício Carpinejar

01 Como podemos definir se um país é civilizado?
02 Pela pontualidade, pelo rigor dos horários, por honrar os compromissos assumidos.
03 O ator Antonio Fagundes, 76 anos, está sendo processado por não admitir que retardatários
04 entrem em sua peça. Não importa que sejam meros minutos: as portas se fecham.
05 Ele tem razão. Está coberto de razão. Não é intolerância de sua parte, mas respeito com a
06 platéia e com a qualidade da performance.
07 Se você se atrasa alguns segundos para uma prova de concurso, não entra. Se você se
08 atrasa alguns segundos para um embarque no aeroporto, também não entra. E não há como
09 apelar Justiça por seus direitos. É uma questão de igualdade com quem compareceu na hora.
10 Por que para o teatro teria que ser diferente?
11 Não é como uma sessão de cinema, que possibilita maior flexibilidade, pois nela não há
12 atores em cena — consiste em uma produção. Os atrasados incomodam o público já acomodado
13 ao procurar seus assentos no escuro, mas não tiram a concentração do elenco. É dos males o
14 menor.
15 O teatro exige atenção máxima, numa interação ao vivo, única, irrepetível, que depende do
16 silêncio e da ordem para dar sequência trama. Na maioria das vezes, os atores sequer usam
17 microfone, exercitam a empostação da voz. Um barulho, uma conversa paralela, a luz da tela do
18 celular realmente perturbam.
19 Fagundes é alvo de uma nova ação judicial (somando nove, até agora), protocolada em
20 março no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), por ter impedido a entrada de um casal que
21 não levou ao pé da letra o horário da peça Dois de Nós, no Teatro da PUC-SP. O par reclamante
22 pede uma indenização de R\$ 20 mil por danos morais e cerca de R\$ 500 por danos materiais,
23 alegando que a recusa foi "arbitrária e abusiva".
24 Todo mundo sabe que não se deve chegar atrasado ao teatro. Existem três sinais para
25 anunciar a abertura da apresentação, conhecidos como "pancadas de Molière", para que ninguém
26 perca o início.
27 O primeiro, com um toque longo, acontece dez minutos antes; o segundo, com dois toques
28 longos, é dado cinco minutos antes; o terceiro, com três toques longos, prenuncia a abertura
29 das cortinas.
30 Mas parece que ainda se acredita no jeitinho brasileiro, na exceção, na concessão de
31 privilégios, fazendo-se ouvidos moucos para a campanha.
32 É a mentalidade arraigada em nosso comportamento de furar a fila, de não ser como os
33 outros, de desdenhar da noção coletiva de paridade.
34 E isso que o próprio ator, calejado na produção de eventos, já recorre redundância, a
35 exemplo dos cartazes de "proibido fumar" no avião.
36 A advertência consta no ingresso e nos materiais de divulgação online da peça. Aliás, quem
37 compra o ingresso precisa concordar com um termo informando que não será permitida a
38 entrada após o início do espetáculo — justamente para evitar brechas de contestação no Código
39 de Defesa do Consumidor.
40 Mesmo com tamanha cautela, estresses são recorrentes, sobrecarregando a Justiça com
41 demandas corriqueiras e nada imprescindíveis.
42 Nem as evidências por escrito sensibilizam os espectadores mais **renitentes**.
43 É uma pena que a exatidão e a assiduidade não sejam aplicadas espontaneamente. É uma
44 lástima que o bom senso não prevaleça, que sigamos com a cultura da imprecisão.
45 Veja como andamos falhando com a educação. Fagundes, com mais de 40 novelas e 50
46 filmes nas costas, um catatau de prêmios (quatro Prêmios APCA, dois Prêmios Molière, dois
47 Prêmios Qualidade Brasil, dois Troféus Imprensa) no lombo, está lutando pelo óbvio.
48 Não merecia passar por esse perrengue quem já mostrou seu valor encantando nossos
49 olhos com atuações límpidas, oralidade impoluta e personagens inesquecíveis.
50 Que presente estamos oferecendo ele, que completa seis décadas de carreira no ano
51 que vem.
52 Não deixa de ser constrangedora a forma como tratamos nossos melhores artistas.

(Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/carpinejar/noticia/2025/06/a-pontualidade-sagrada-do-teatro-cmbr07d5x000r019s55xujglc> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Considerando o emprego indicativo da crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas pontilhadas nas linhas 09, 16, 34 e 50.

- A) à – a – à – a
- B) a – à – à – à
- C) à – à – a – à
- D) à – à – à – a
- E) a – a – a – à

QUESTÃO 02 – Em relação à ortografia em Língua Portuguesa, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Na linha 06, a lacuna tracejada deve ser preenchida por “é”, ou seja, a forma correta da palavra é “platéia”. Esse termo deve ser acentuado por se tratar de um vocábulo paroxítono terminado em ditongo aberto.
 - II. Na linha 11, a lacuna tracejada deve ser preenchida por “ç”.
 - III. Na linha 12, a letra “j” preenche corretamente a lacuna tracejada.
 - IV. A lacuna tracejada na linha 13 deve ser preenchida por “ss”, pois indica os lugares ocupados no teatro.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
 - B) Todas as assertivas estão incorretas.
 - C) Apenas a assertiva I está correta.
 - D) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - E) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 03 – Considerando a distinção entre fato e opinião no texto-base, analise as assertivas a seguir:

- I. O enunciado “Ele tem razão. Está coberto de razão” (l. 05) configura um fato, pois apresenta uma constatação objetiva e imparcial sobre a atitude do ator Antonio Fagundes.
- II. O trecho “Fagundes é alvo de uma nova ação judicial (somando nove, até agora), protocolada em março no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)” (l. 19-20) apresenta um fato, pois traz uma informação verificável e documentada.
- III. Na passagem “É uma lástima que o bom senso não prevaleça, que sigamos com a cultura da imprecisão” (l. 43-44), a expressão sublinhada funciona como marcador de subjetividade, reforçando uma avaliação crítica sobre a situação descrita.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 04 – Considerando o emprego correto dos sinais de pontuação, os dois-pontos na linha 04 são empregados para

- A) indicar um resultado.
- B) anunciar uma oração apositiva.
- C) apresentar enumerações.
- D) anunciar a fala de alguém.
- E) indicar uma citação.

QUESTÃO 05 – Considerando o exposto pelo texto-base, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () O autor descreve a atitude de Antonio Fagundes como um gesto impensado e isolado, sem qualquer relação simbólica com a sociedade contemporânea.
- () Ao utilizar expressões como “É uma pena” (l. 43), “Não merecia” (l. 48) e “Não deixa de ser constrangedora” (l. 52), o autor relata acontecimentos em sequência temporal, com o objetivo de justificar o comportamento do público durante a apresentação.
- () No texto, o autor apresenta um discurso impessoal, evitando o uso da primeira pessoa do singular. Apesar disso, o texto contém juízos de valor.
- () A frase “Todo mundo sabe que não se deve chegar atrasado ao teatro” utiliza o apelo ao senso comum como estratégia argumentativa, apresentando a ideia como uma norma social amplamente aceita.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – F – F.
- B) F – F – V – V.
- C) V – F – V – V.
- D) F – V – F – V.
- E) V – V – V – F.

QUESTÃO 06 – Considerando a linguagem empregada no trecho, retirado do texto-base, “Veja como andamos falhando com a educação. Fagundes, com mais de 40 novelas e 50 filmes nas costas, um catatau de prêmios (quatro Prêmios APCA, dois Prêmios Molière, dois Prêmios Qualidade Brasil, dois Troféus Imprensa) no lombo, está lutando pelo óbvio”, assinale a alternativa correta.

- A) O trecho apresenta predominantemente o uso da linguagem formal e a ausência de expressões coloquiais, priorizando o emprego de jargões específicos da área artística.
- B) O fragmento evita destacar a relevância da trajetória do ator, com intenção de manter distância do conteúdo narrado.
- C) O uso da expressão “um catatau de prêmios (...) no lombo” revela uma linguagem com sentido figurado, marcando o tom opinativo do autor.
- D) A construção do trecho busca promover imparcialidade, recorrendo à linguagem técnica para conferir maior autoridade à crítica.
- E) O uso da primeira pessoa do plural em “andamos falhando” visa isentar o enunciador, direcionando a crítica exclusivamente para a sociedade.

QUESTÃO 07 – Assinale a alternativa que apresenta uma palavra que possa substituir corretamente o vocábulo “renitentes” (l. 42) sem causar alterações significativas ao sentido do trecho em que ocorre.

- A) Grosseiros.
- B) Insensíveis.
- C) Obedientes.
- D) Obstinados.
- E) Pacientes.

QUESTÃO 08 – Analise os trechos a seguir, retirados do texto-base, e assinale a alternativa que apresenta o emprego da coesão referencial.

- A) Como podemos definir se um país é civilizado?
- B) Ele tem razão. Está coberto de razão.
- C) O teatro exige atenção máxima.
- D) Na maioria das vezes, os atores sequer usam microfone.
- E) Existem três sinais para anunciar a abertura da apresentação.

QUESTÃO 09 – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando as palavras retiradas do texto-base às suas respectivas classes gramaticais.

Coluna 1

1. "por" (l. 02).
2. "não" (l. 03).
3. "mas" (l. 05).
4. "primeiro" (l. 27).

Coluna 2

- () Advérbio.
- () Conjunção.
- () Preposição.
- () Pronome.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 2 – 3 – 1 – 4.
- B) 3 – 2 – 4 – 1.
- C) 4 – 1 – 3 – 2.
- D) 2 – 4 – 1 – 3.
- E) 4 – 2 – 1 – 3.

QUESTÃO 10 – Considerando o trecho, retirado do texto-base, "O par reclamante pede uma indenização", analise as perguntas abaixo:

- Qual é a classificação do sujeito?
- Qual é a classificação do predicado?
- A oração apresenta complemento verbal?

Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, as respostas para as perguntas acima.

- A) Indeterminado – Verbal – Sim, objeto direto.
- B) Composto – Nominal – Não.
- C) Simples – Verbal – Sim, objeto direto.
- D) Indeterminado – Nominal – Não.
- E) Simples – Verbal – Sim, objeto indireto.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11 – Qual foi a primeira denominação do município de Lajeado?

- A) Sítio dos Cata-Ventos.
- B) Sítio dos Pardais.
- C) Fazenda dos Conventos.
- D) Fazenda dos Aborígenes.
- E) Sítio do Agreste.

QUESTÃO 12 – Originaram-se de Lajeado os municípios de Guaporé, Encantado, Cruzeiro do Sul, Boqueirão do Leão, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério, Marques de Souza, Forquetinha e Canudos do Vale. Além desses, que outro município se emancipou de Lajeado?

- A) Arroio do Meio.
- B) Passo Fundo.
- C) Viamão.
- D) Campo Bom.
- E) Santa Rosa.

QUESTÃO 13 – Em março de 2025, o Brasil completou 40 anos do fim da ditadura militar, um período autoritário que durou de 1964 a 1985. Esse processo de redemocratização culminou com a posse do primeiro presidente civil, após mais de duas décadas de governos militares. Sobre esse importante momento histórico, assinale a alternativa correta.

- A) A transição para a democracia foi marcada por um golpe militar que depôs o último presidente do regime.
- B) José Sarney assumiu a presidência após ser eleito diretamente pelo povo nas eleições gerais de 1985.
- C) A Constituição Federal vigente foi elaborada durante o governo militar, como um esforço de abertura controlada pelo Exército.
- D) O fim da ditadura militar foi resultado de intensa mobilização popular, que teve como um dos símbolos a campanha das Diretas Já.
- E) A redemocratização começou de fato apenas após a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

QUESTÃO 14 – Em audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito das Bets (CPIBETS), 2025, debatedores apontaram que a dependência em apostas tem algo em comum com outros tipos de vícios relacionados a substâncias (como álcool, nicotina, cocaína, heroína e morfina) ou a comportamentos (sexo, alimentação e compras). Trata-se do mesmo processo químico que ativa o sistema de recompensa existente no sistema nervoso central, em que se processa a informação relacionada à sensação de prazer e de satisfação. O hormônio ligado a esse sistema é liberado quando a pessoa aposta, o que reforça a compulsão, aumenta os níveis de excitação, reduz a inibição de decisões arriscadas ou uma combinação de ambos. Qual é o nome desse hormônio?

- A) Insulina.
- B) Testosterona.
- C) Estrogênio.
- D) Progesterona.
- E) Dopamina.

QUESTÃO 15 – É um procedimento cirúrgico responsável pela perda de peso, melhora de condições relacionadas à obesidade e pelo retorno da autoestima dos pacientes submetidos ao procedimento. Embora as chances de sucesso no pós-operatório sejam grandes, a pessoa a ser operada precisa compreender a importância das mudanças de hábito relacionadas ao procedimento. Vários artistas brasileiros e internacionais já realizaram a cirurgia buscando melhora na saúde e, em alguns casos, também estética. Entre os famosos brasileiros que passaram por esse procedimento, destacam-se Jojo Todynho, Leandro Hassum e André Marques. Assinale a alternativa que apresenta o nome dessa cirurgia.

- A) Blefaroplastia.
- B) Bariátrica.
- C) Otoplastia.
- D) Artroscopia.
- E) Braquioplastia.

LEGISLAÇÃO

Para responder às questões 16 a 20, considere as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

QUESTÃO 16 – Na vigência do estado de sítio decretado por comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, só poderão ser tomadas contra as pessoas algumas medidas específicas, descritas no art. 139. Estão entre essas medidas:

- I. Detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- II. Suspensão da liberdade de reunião.
- III. Busca e apreensão em domicílio.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 17 – Com base nas disposições em relação aos membros das Forças Armadas, ou militares, analise as assertivas abaixo:

- I. Ao militar é proibida a sindicalização, porém é permitida a greve.
- II. O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
- III. O militar, enquanto em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 18 – A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO:

- A) Disparidade na forma de participação no custeio.
- B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- C) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- D) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- E) Universalidade da cobertura e do atendimento.

QUESTÃO 19 – Constituem a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

- I. Órgãos interministeriais.
- II. Comissões intergestores.
- III. Sistemas de financiamento à cultura.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 20 – Sobre o Capítulo VIII – Dos Índios, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- () As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse precária, sendo que as riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes são de usufruto do Governo Federal.
- () É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V.
- B) V – V – V.
- C) V – V – F.
- D) F – V – V.
- E) F – F – F.

Para responder às questões 21 a 23, considere as disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

QUESTÃO 21 – A legislação referida descreve como objetivo da política penitenciária do Estado a:

- A) Punição pelo crime cometido, apenas.
- B) Reintegração social das pessoas presas.
- C) Restrição do acesso à educação.
- D) Segregação permanente do infrator.
- E) Introdução de trabalho forçado aos apenados.

QUESTÃO 22 – Em relação à política penitenciária do Estado, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A pessoa presa deverá, obrigatoriamente, ressarcir ao Estado as despesas decorrentes da execução da pena e da medida de segurança.
- () Para implementação da política penitenciária, poderão ser estabelecidos programas, projetos e parcerias com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil para oferta de trabalho e educação às pessoas presas e aos egressos.
- () Todo estabelecimento prisional destinado a mulheres terá, em local anexo e independente, creche atendida por pessoal especializado, para menores de até 6 anos de idade.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V.
- B) V – V – F.
- C) V – F – F.
- D) F – V – V.
- E) F – V – F.

QUESTÃO 23 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao:

- I. Governador.
- II. Procurador-Geral de Justiça.
- III. Presidente do Senado.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 24 – O Código de Posturas do Município de Lajeado prevê que, ocorrendo a apreensão de mercadorias sem que o infrator tenha satisfeito o pagamento da multa aplicada e demais despesas, a coisa apreendida terá o seguinte tratamento:

- I. No caso de alimentos perecíveis, decorridas 24 horas da apreensão, sem que haja pagamento ou contestação, a mercadoria passa a ser propriedade do Município, cabendo a este dar destino à mesma. A coisa apreendida será transformada em moeda corrente, a preço de custo a comerciante, tomando-se por base os preços praticados no comércio local, tendo o infrator o prazo de 5 dias úteis para requerer o excedente às multas e demais despesas envolvidas na apreensão, quando for o caso.
- II. No caso de alimentos não perecíveis, decorridos 30 dias da apreensão, sem que haja pagamento ou contestação, a coisa apreendida será vendida por leiloeiro público e o valor será arrecadado aos cofres do Município, devendo a importância que exceder ao débito ser requerida pelo infrator no prazo de 5 dias úteis.
- III. Caso não seja apurado o suficiente para o pagamento da multa e demais despesas, inclusive àquelas com a realização de leilão, o infrator será obrigado a recolher o saldo, no prazo de 30 dias, sem mais aviso, sob pena do débito ser inscrito em dívida ativa, para posterior cobrança judicial.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 25 – A Lei Maria da Penha possui medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, e que o juiz poderá aplicar, de imediato, em conjunto ou separadamente, tais como:

- I. Internação compulsória.
- II. Comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.
- III. Suspensão do direito ao trabalho do agressor.
- IV. Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) Apenas I, II e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26 – Lúcia foi eleita prefeita do município ABC e seu cônjuge, Pedro, já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição, foi eleito vereador do mesmo município. Em ato subsequente, houve a eleição para presidência da Câmara dos Vereadores do município ABC, tendo Pedro logrado êxito em ser eleito para tal cargo. Considerando a situação descrita, bem como as disposições da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a esse respeito, assinale a alternativa correta.

- A) Pedro não pode ocupar o cargo de presidente da Câmara dos Vereadores diante da vedação constitucional ao nepotismo.
- B) Por estar no mesmo território de jurisdição de Lúcia, Pedro é inelegível, de sorte que sequer poderia ter se candidatado a vereador.
- C) A ocupação simultânea das chefias do Poder Executivo e Legislativo por cônjuges no âmbito municipal representa, por si só, comprometimento ao equilíbrio entre os poderes, de sorte que é inconstitucional disposição normativa que permite a ocupação concomitante dos cargos.
- D) Não há prejuízo à fiscalização dos atos do Executivo pelo Legislativo, já que a responsabilidade fiscalizatória é exercida por todos os parlamentares, de sorte que a inelegibilidade por parentesco prevista na Constituição não abrange a ocupação simultânea por cônjuges da chefia do Poder Executivo municipal e do Legislativo estadual.
- E) O Supremo Tribunal Federal julgou procedente arguição de descumprimento de preceito fundamental, definindo nova hipótese de inelegibilidade além daquelas previstas na Constituição Federal, que abrange a situação descrita no caso.

QUESTÃO 27 – Considerando as disposições da Constituição Federal sobre os Tribunais de Contas, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- A) A inércia do Tribunal de Contas estadual em emitir parecer prévio dentro do prazo de 90 dias impede o Poder Legislativo de julgar as contas do chefe do Poder Executivo local.
- B) O município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal em razão de danos causados ao erário municipal.
- C) O controle externo, nele compreendido a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, será exercido pelo Tribunal de Contas da União, com auxílio do Senado Federal.
- D) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar, se não atendido, a execução do contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- E) É inconstitucional lei estadual, de iniciativa parlamentar, que altera a destinação dos valores arrecadados com a cobrança de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas.

QUESTÃO 28 – “A Administração Pública comete equívocos no exercício de sua atividade, o que não é nem um pouco estranhável em vista das múltiplas tarefas a seu cargo. Defrontando-se com esses erros, no entanto, pode ela mesma revê-los para restaurar a situação de regularidade. Não se trata apenas de uma faculdade, mas também de um dever, pois que não se pode admitir que, diante de situações irregulares, permaneça inerte e desinteressada” (Carvalho Filho, 2019). Esse excerto expressa um princípio amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência administrativista, que orienta o poder-dever de a Administração corrigir situações ilegais ou irregulares. O trecho refere-se ao princípio da:

- A) Supremacia do interesse público.
- B) Autotutela.
- C) Indisponibilidade.
- D) Segurança jurídica.
- E) Continuidade dos serviços públicos.

QUESTÃO 29 – Assinale a alternativa correta em relação ao disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

- A) Conforme o disposto no artigo 93 da referida lei, nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) – e a respectiva documentação técnica associada –, o autor poderá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.
- B) Conforme o disposto no artigo 93 da referida lei, nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) – e a respectiva documentação técnica associada –, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, mas ela não poderá utilizá-los livremente sem que haja nova autorização do autor.
- C) Quando o projeto a que se refere o *caput* do artigo 93 da referida lei se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o *caput* desse artigo não incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- D) É facultado à Administração Pública deixar de exigir a cessão de direitos a que se refere o *caput* do artigo 93 da referida lei quando o objeto da contratação envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação, considerados os princípios e os mecanismos instituídos pela Lei nº 10.973/2004.
- E) Na hipótese de posterior alteração do projeto descrito no *caput* do artigo 93 da referida lei, será facultada a comunicação do autor, não obstante seja necessário o registro nos órgãos ou entidades competentes.

QUESTÃO 30 – Assinale a alternativa em consonância com o regramento constitucional acerca da competência e da organização dos Municípios.

- A) O artigo 29, *caput*, da CF, dispõe que os Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício máximo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos apenas pela própria Constituição Federal.
- B) O artigo 30 da CF disciplina em seus incisos as competências do ente municipal e, entre elas, dispõe que a eles compete “legislar sobre assuntos de interesse local”, sendo este medido pelo grau de predominância, e não pela exclusividade, uma vez que não há interesse da União e dos Estados que, indiretamente, também não seja dos Municípios. A esse respeito, o STF já reconheceu a constitucionalidade de legislação municipal que embasou a aplicação de multas por poluição do meio ambiente, decorrente da emissão de fumaça por veículos automotores no perímetro urbano.
- C) O STF admite o controle concentrado de constitucionalidade, exercido pelo Tribunal de Justiça, de leis ou atos normativos municipais contra a lei orgânica respectiva.
- D) Nos termos do inciso III do artigo 29 da CF, a posse do prefeito e do vice-prefeito realizar-se-á no dia 6 de janeiro do ano subsequente à eleição.
- E) É possível que lei orgânica municipal preveja iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, 3% do eleitorado.

QUESTÃO 31 – Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre as competências constitucionais do município, analise as assertivas abaixo:

- I. Os municípios têm autonomia para dispor, mediante lei, sobre proteção à infância e à juventude em âmbito local, desde que não afrontem legislação federal ou estadual.
- II. É incompetente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- III. Compete aos Estados legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios.
- IV. É inconstitucional a instituição, por lei municipal, de feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, pois trata-se de matéria atinente à competência privativa da União.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32 – Considerando apenas as disposições do Código Civil sobre direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- A) Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar se o devedor provar que em benefício dele efetivamente reverteu.
- B) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, desde que mais valiosa.
- C) Quando descumprida obrigação e o devedor tiver por perdas e danos, na hipótese de o índice de atualização monetária não ter sido convencionado ou não estar previsto em lei específica, será aplicada a variação do INPC.
- D) A taxa legal de juros moratórios corresponderá à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), sem dedução do índice de atualização monetária.
- E) Ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato se cessarem, ou se se tornarem insuficientes, as garantias do débito, fidejussórias, ou reais, e o devedor, intimado, se negar a reforçá-las.

QUESTÃO 33 – Maria praticou conduta em face de Cida, que, em tese, pode se enquadrar em determinado tipo penal. Referida conduta tem repercussões civis, razão pela qual Cida ajuizou a competente ação indenizatória. Considerando a situação narrada e a literalidade do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Caso seja proposta ação penal a respeito do fato delituoso, o processo deverá ser suspenso por 6 meses.
- B) Cessada a suspensão processual pelo decurso do prazo para manifestação do juízo criminal, incumbirá ao juiz cível examinar incidentalmente a questão prévia atinente à verificação do fato delituoso.
- C) Como o conhecimento do mérito da ação indenizatória depende da verificação do fato delituoso narrado, o juiz deverá determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal.
- D) Durante eventual suspensão processual decorrente da prejudicialidade externa em razão da necessidade de pronunciamento da justiça criminal, é vedado ao juiz praticar qualquer ato processual.
- E) Se eventual ação penal não for proposta no prazo de 1 ano, contado da intimação do ato de suspensão para manifestação do juízo criminal, cessará o efeito da suspensão.

QUESTÃO 34 – Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a sistemática recursal do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Cabem embargos de declaração contra decisão de presidente do tribunal que não admite recurso especial, sendo incorreto afirmar que o agravo em recurso especial é o único recurso cabível contra decisão que não admite o seguimento do recurso especial.
- B) Se a parte interpõe o recurso errado, percebe o equívoco e, ainda dentro do prazo, maneja o recurso correto, o segundo recurso será conhecido.
- C) O pedido de desistência do recurso não pode ser indeferido, ainda que haja indício de uso de estratégia processual para evitar a criação ou a formação de jurisprudência contrária ao interesse da parte desistente.
- D) A interposição de um recurso inexistente gera preclusão consumativa, sendo incabível a subsequente interposição do recurso previsto na legislação.
- E) Não haverá pagamento de honorários advocatícios recursais se, no julgamento do recurso, houve sucumbência recíproca.

QUESTÃO 35 – Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre direito ambiental, assinale a alternativa correta.

- A) O erro na concessão de licença ambiental não configura fato de terceiro capaz de interromper o nexo causal na reparação por lesão ao meio ambiente.
- B) A ausência de prova técnica para a comprovação do efetivo dano ambiental inviabiliza o reconhecimento do dever de reparação ambiental no caso de despejo irregular de esgoto.
- C) Para aplicação válida de multa administrativa ambiental, exige-se que o órgão ambiental tenha previamente aplicado a pena de advertência, não sendo possível aplicar a multa como primeira sanção.
- D) A omissão na fiscalização e mitigação dos danos ambientais não enseja a imposição judicial de obrigações positivas para o Município a fim de solucionar o problema cuja extensão temporal e quantitativa revela afronta à dimensão ecológica da dignidade humana.
- E) A indenização de dano ambiental deve abranger a totalidade dos danos causados, sendo possível ser decotadas em seu cálculo despesas referentes à atividade empresarial.

QUESTÃO 36 – Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre o crédito tributário, bem como a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- A) A consignação em pagamento não constitui modalidade de extinção do crédito tributário, ainda que haja exigência por mais de uma pessoa jurídica de direito público de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.
- B) Na hipótese de pagamento indevido de tributo, é possível assegurar, na via administrativa, o direito à restituição do indébito tributário reconhecido por decisão judicial.
- C) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de direito.
- D) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
- E) Cabe a ação de consignação em pagamento para fins de recolher o tributo em parcelas, podendo o devedor consignar cada parcela da exação.

QUESTÃO 37 – A empresa XYZ recebeu determinado benefício tributário. O ente instituidor do benefício decidiu, em um primeiro momento, reduzi-lo, sobrevivendo, em momento posterior, a supressão do benefício. Considerando a situação narrada, as disposições constitucionais a respeito e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da anterioridade tributária nonagesimal não se aplica à hipótese de redução de benefício fiscal que resulte em majoração indireta de tributo, restando aplicável apenas à hipótese de supressão de benefício fiscal.
- B) O princípio da anterioridade tributária geral não se aplica à hipótese de redução de benefício fiscal que resulte em majoração indireta de tributo.
- C) O princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, se aplica às hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos.
- D) O princípio da anterioridade tributária nonagesimal se aplica às hipóteses de redução ou supressão de benefício fiscal que resulte em majoração indireta de tributo, não se aplicando, em tal hipótese, o princípio da anterioridade tributária geral.
- E) O princípio da anterioridade tributária geral se aplica às hipóteses de redução ou supressão de benefício fiscal que resulte em majoração indireta de tributo, não se aplicando, em tal hipótese, o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.

QUESTÃO 38 – Considerando as disposições constitucionais sobre Direito Financeiro, assinale a alternativa correta.

- A) É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.
- B) A iniciativa legislativa para propor o orçamento anual é do Poder Legislativo, ao passo que o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias são de iniciativa do Poder Executivo.
- C) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas ainda que incompatíveis com o plano plurianual.
- D) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na referida proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, exceto se por antecipação de receita, nos termos da lei.
- E) É permitido que investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sejam iniciados sem prévia inclusão no plano plurianual ou mesmo sem lei que autorize a inclusão.

QUESTÃO 39 – Martina é empregada de uma empresa e está muito preocupada com a sua jornada de trabalho, pois acredita estar tendo seus direitos violados pelo empregador. Sobre a situação de Martina, assinale a alternativa correta.

- A) Caso o intervalo intrajornada esteja sendo suprimido parcialmente, a situação implicará o pagamento, de natureza remuneratória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- B) Martina fará jus a intervalo intrajornada de 15 minutos caso a sua jornada de trabalho diária seja de 3 horas e 50 minutos.
- C) Ainda que descaracterizado com efeitos retroativos o acordo de compensação celebrado com Martina, em relação às horas que ultrapassem a jornada normal diária até o limite de 44 horas semanais, incide apenas o adicional de horas extraordinárias, pois essas horas já foram remuneradas mediante o pagamento de salário.
- D) O intervalo interjornada padrão previsto pela CLT é de 12 horas consecutivas de descanso entre duas jornadas de trabalho.
- E) Considerando a prestação de horas extraordinárias por Martina apenas a partir de 20/03/2023, a majoração do valor do repouso semanal remunerado, decorrente da integração das horas extras habituais, não deverá repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, havendo *bis in idem* em razão de sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS.

QUESTÃO 40 – A empresa pública FGH foi constituída pelo município de Lajeado. Honorato, empregado da empresa de prestação de serviços DEF e que se ativava em favor de FGH, ajuizou reclamação trabalhista em face do Município, de FGH e DEF. Na reclamatória, foi prolatada sentença de procedência. Sobre as possibilidades nesse momento processual, considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- A) FGH está dispensada de recolher o depósito recursal e as custas para interposição do recurso ordinário.
- B) Em caso de hipotética condenação subsidiária da empresa pública FGH em um contrato de terceirização na qualidade de tomadora de serviços, o depósito recursal efetuado pela empresa DEF na qualidade de devedora principal e empregadora aproveita à empresa FGH, ainda que DEF tenha requerido sua exclusão da lide.
- C) Se a admissibilidade de eventual recurso ordinário interposto tenha sido trancada pelo juízo *a quo*, será necessário o recolhimento do valor integral do depósito recursal para interposição do depósito recursal.
- D) Em caso de eventual condenação do município de Lajeado, haverá prazo em quádruplo para interpor o recurso ordinário.
- E) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção e, caso atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para interposição de qualquer outro recurso.

PROVA DISCURSIVA**QUESTÃO 01**

Instruções: Elabore um texto com extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas, de acordo com a proposta abaixo:

O direito à igualdade salarial encontra previsão expressa em diversos textos normativos, seja no plano internacional, constitucional e legal. Trata-se de verdadeira decorrência específica do princípio da isonomia para o âmbito do direito do trabalho. Considerando tais afirmativas, disserte sobre a equiparação salarial, abordando necessariamente (i) seus fundamentos principiológicos específicos no direito do trabalho, (ii) requisitos e excludentes do direito à equiparação, inclusive, mas não somente, a possibilidade de equiparação do trabalho intelectual e a importância (ou não) da mesma nomenclatura do cargo, (iii) ônus probatório do empregado e do empregador e (iv) possibilidades de equiparação perante a Administração Pública direta e indireta, apresentando, para cada um dos itens, o fundamento normativo pertinente, quando existente.

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Instruções: Elabore um texto com extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas, de acordo com a proposta abaixo:

Muitos(as) estudantes de Direito, logo no primeiro ano de curso, aprendem as disposições do art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal, segundo o qual “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Trata-se de disposição fundamental, pela qual se distinguem os conceitos de democracia direta e indireta. Considerando as possibilidades de participação popular na formação da vontade democrática, disserte sobre plebiscito, referendo, iniciativa popular legislativa e conselhos participativos, (i) conceituando-os e diferenciando-os, (ii) indicando requisitos, quando pertinentes, bem como (iii) apontando aquele(s) previsto(s) na Lei Orgânica do Município de Lajeado. Sempre que existente, (iv) aponte o fundamento normativo para a respectiva resposta.

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	